

LEI N° 795/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021

"Institui o **Programa Municipal Oportunidade Jovem** e dispõe sobre a
Concessão de Estágios no âmbito da
Administração Pública Municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE POÇO VERDE, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Poço Verde o Programa Municipal Oportunidade Jovem - PMOJ, para concessão de estágio remunerado ou não remunerado que obedecerá ao disposto nesta Lei, bem como em Decreto a ser regulamentado pelo Poder Executivo que disciplinará a oferta de bolsas de Complementação Educacional para o Programa com até 30 (trinta) vagas remuneradas, com valores individuais que não poderão exceder a R\$ 1.000,00, e 30 (trinta) vagas não remuneradas, de acordo com a carga horária semanal e o nível de ensino a que o estagiário esteja vinculado.

Parágrafo Único. O Programa referido no caput, consiste no oferecimento de estágio em órgãos e entidades da administração direta e indireta da administração municipal, para estudantes de estabelecimentos de ensino superior, profissionalizantes ou congêneres do Ensino Médio.

- **Art. 2°**. Os Órgãos da Administração Pública Municipal poderão aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular.
- § 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar frequentando curso de formação superior, de ensino médio, técnico profissionalizante, de educação de jovens e adultos (EJA), de educação profissional, ou escolas de educação especial.
- § 2º Não se<mark>rá oferecido estágio ao estudante que</mark> esteja cursando os últimos 06 (seis) meses para conclusão do curso.
- § 3º O estágio tem por objetivo propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, e deve ser planejado, desenvolvido, supervisionado e avaliado em conformidade com os currículos e programas escolares.
- **Art. 3°**. O estágio será realizado e desenvolvido mediante Termo de Compromisso celebrado entre alunos e Administração Municipal, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, observadas as seguintes condições:
- I- celebração de convênio entre a Administração Municipal e a instituição de ensino;



- II- assinatura do Termo de Compromisso pelo aluno ou por seu responsável, quando menor de 18 anos, pela Administração Municipal, e pela instituição de ensino, observada a idade mínima de 16 anos;
- III- valor da Bolsa de Complementação Educacional a ser paga pela Administração Municipal;
- IV- contraprestação, pelo estagiário, por meio de atividades definidas no Termo de Compromisso;
- V- correção comprovada entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação escolar do estudante.
- **Art. 4°**. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Administração Municipal, e se revestirá sob a forma de complementação educacional, ressalvando o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o aluno, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.
- **Art. 5°**. A jornada de atividades em estágio deverá compatibilizar-se com o horário escolar do estudante e com o horário de expediente da unidade organizacional em que venha a ocorrer o estágio.
- **Art. 6°**. O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.
- **Art. 7°.** No interesse da Administração Municipal poderão ser celebrados convênios, com entidades públicas ou privadas, visando a oferta de estágios voluntários não remunerados, em atendimento à complementação curricular.

Parágrafo único. Compete à conveniada as obrigações legais relativas à oferta de estágio, em específico a realização do seguro obrigatório.

- **Art. 8º.** Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, por meio do órgão de recursos humanos responsável pelas atividades de recrutamento e seleção, a gestão operacional das atividades relativas a estágio.
- **Art. 9º.** A Administração poderá recorrer, para efeitos de seleção e administração, por meio de contrato, aos serviços de agentes de integração que atuam junto ao sistema de ensino e à comunidade.
- § 1º Para fins de atendimento ao caput deste artigo, os agentes de integração deverão ser entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.
- § 2º Para a obtenção e realização do estágio é vedada qualquer tipo de cobrança ao aluno.
 - **Art. 10.** Compete aos agentes de integração:
- I- pesquisar e identificar a exigência de oportunidades de estágios e informar às instituições de ensino;
- II- prestar serviços administrativos, providenciando o cadastramento de instituições de ensino e de alunos;
 - III- selecionar os alunos, obedecidos aos requisitos do §1s do art. 1s desta Lei, e



encaminha-los à Administração Municipal.

- **Art. 11.** O estágio terá duração máxima de 02 (dois) anos, não sendo permitida renovação.
- § 1º Poderá ser assinado Termo de Compromisso por 6 (seis) meses, permitida renovação por igual período, até o limite temporal estipulado no prazo previsto no caput.
 - § 2º Extingue-se o estágio:
 - I- pela não renovação do Termo de Compromisso até a data de seu vencimento;
 - II- pelo decurso do período de 02 (dois) anos;
 - III- por desistência, por escrito, do estagiário;
- IV- por falta, sem motivo justificado por 05 (cinco) dias consecutivos, ou por 08 (oito) dias interpelados no período de 90 (noventa) dias;
 - V- por conclusão do curso;
 - VI- em caso de reprovação ou interrupção do curso;
- VII- por iniciativa da Administração Pública, a qualquer momento, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pelos estagiários, ou conduta contraditória às normas disciplinares estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- **Art. 12.** O estágio curricular, sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino e controlado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Poço Verde, será realizado de acordo com esta Lei Municipal, a Legislação Federal e suas posteriores alterações.
- **Art. 13.** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual o superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.
- § 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.
- § 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano.
- **Art. 14.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do município, que será suplementada, caso seja necessário.
 - Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - **Art. 16.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Poço Verde/SE, 02 de março de 2021.

EVERALDO IGGOR/SANTANA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI SANCIONADA EM 02 DE MARÇO DE 2021



